

Diagramação
Cláudia de Oliveira

Projeto Gráfico e Elaboração de Capa
Dez e Dez Multimeios/Galeria Design

Impressão e acabamento
Gráfica Suprema

Ficha Catalográfica elaborada pela Seção de Tratamento da Informação da Biblioteca
"Prof. Achille Bassi"- Instituto de Ciências Matemáticas e de Computação – ICMC/USP

F652 Foucault e os domínios da linguagem: discurso, poder,
subjetividade / Vanice Sargentini, Pedro Navarro-
Barbosa. – São Carlos : Claraluz, 2004.
260 p. : 21 cm

ISBN 85-88638-08-8

1. Análise do discurso. 2. Teoria de Foucault. I. Sargentini,
Vanice, org. II. Navarro-Barbosa, Pedro, org. III. Título.

2004

Editora Claraluz
Rua Rafael de A. Sampaio Vidal, 1217
CEP 13560-390 - Centro / São Carlos - SP
Fone/Fax: (16) 3374 8332
www.editoraclaraluz.com.br

Sumário

Apresentação _____ 9

CAPÍTULO 1

Foucault e a teoria do discurso

O enunciado e o arquivo: Foucault (entre)vistas
Maria do Rosário Valencise Gregolin _____ 23

Formação discursiva em Pêcheux e Foucault:
uma estranha paternidade
Roberto Leiser Baronas _____ 45

Uma teoria do discurso num certo prefácio
Maria de Fátima Cruvinel _____ 63

CAPÍTULO 2

Foucault, o discurso e a História

A descontinuidade da História: a emergência
dos sujeitos no arquivo
Vanice Maria Oliveira Sargentini _____ 77

O acontecimento discursivo e a construção
da identidade na História
Pedro Luis Navarro-Barbosa _____ 97

CAPÍTULO 3

Foucault, o discurso e o poder

Entre vozes, carnes e pedras: a língua, o corpo e a cidade
na construção da subjetividade contemporânea
Carlos Piovezani Filho _____ 133

Articulações entre poder e discurso em Michel Foucault
Francisco Paulo da Silva _____ 159

CAPÍTULO 4

Foucault, o discurso e as subjetividades

A disciplina dos corpos: o sentido em revista
Nilton Milanez _____ 183

Weblogs: a exposição de subjetividades adolescentes
Maria Regina Momesso de Oliveira _____ 201

CAPÍTULO 5

Foucault, o discurso literário e a linguagem imagética

Teorias e alegorias da interpretação: no theatrum
de Michel Foucault
Marisa Martins Gama Khalil _____ 217

Foucault nas visibilidades enunciativas
Nádea Regina Gaspar _____ 231

O enunciado e o arquivo: Foucault (entre)vistas¹³

Maria do Rosário Valencise Gregolin*

1 Há um conceito que é fundamental para o seu método • arqueológico: o **enunciado**. Tanto que ele ocupa todo o terceiro capítulo de *A Arqueologia do Saber*¹⁴. A sua definição se faz por oposições a outros conceitos (frase, proposição, *speech acts*) e pela análise da relação entre *enunciado* e *língua*. Por que o enunciado ocupa esse lugar central no seu método? Qual é o seu conceito de enunciado?

A discussão sobre o enunciado ocupa todo capítulo III da *Arqueologia do Saber*, cujo título é, justamente, *O enunciado e o arquivo*. Como o próprio nome diz, quis mostrar a relação de dependência e de hierarquia entre essas duas noções – a mais ampla (arquivo) e a mais molecular (enunciado) do método que estou propondo. Todo o capítulo se articula a partir de duas questões, derivadas da minha reflexão sobre o que eu investiguei nos meus trabalhos anteriores¹⁵:

¹³ Naquele verão de 1969, quando Paris esteve clara como nunca, eu poderia tê-lo encontrado. A calçada da *Rive Gauche* fervilhava de transeuntes absortos demais na vida. Estaríamos sentados num daqueles cafés em que pululam pessoas lendo jornal. Enquanto conversávamos, sobre a mesa, pousada, estaria a primeira edição da *Arqueologia do Saber* (os livros são pássaros que voam e de repente pousam sua fina plumagem sobre as nossas mãos) e ele interrompia a fala, de quando em quando, para sorver lentos goles de chá.

* Professora da Universidade Estadual Paulista, Araraquara, SP. Coordenadora do Grupo de Estudos de Análise do Discurso de Araraquara (GEADA).

¹⁴ FOUCAULT, M. (1969). *A Arqueologia do Saber*. Trad. bras. Luis Felipe Baeta Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1986.

¹⁵ No momento desta entrevista, em 1969, ano da publicação de *A Arqueologia do Saber*, Foucault já havia publicado *A História da Loucura* (1962), *O Nascimento da Clínica* (1963) e *As palavras e as Coisas* (1966). *A Arqueologia* é um momento teórico-metodológico, de reflexão sobre esses trabalhos anteriores.

“o que é o enunciado?” e “como a teoria do enunciado pode se ajustar à análise das formações discursivas?”. A elas vou tentar responder, nesse capítulo III, seguindo certos passos: primeiro, definindo o que entendo por “enunciado”; logo a seguir, destacando as características da “função enunciativa”; depois, teorizando a “descrição dos enunciados”; para, então, a partir da exposição das características do enunciado (raridade, exterioridade, acúmulo), chegar a desenvolver a articulação entre os conceitos principais que tenho manipulado em meus trabalhos – “enunciado” / “formação discursiva” / “arquivo”. Como pode ver, o enunciado (ou, como espero ter deixado claro, a *função enunciativa*) é a unidade elementar do discurso. *Em seu modo de ser singular (nem inteiramente lingüístico, nem exclusivamente material) o enunciado é indispensável para que se possa dizer se há ou não frase, proposição, ato de linguagem. [...] ele não é, em si mesmo, uma unidade, mas sim uma função que cruza um domínio de estruturas e de unidades possíveis e que faz com que apareçam, com conteúdos concretos, no tempo e no espaço.* (1986, p. 98-99). Se o descrevo a partir de oposições com outras unidades – frase, proposição, atos de linguagem – é para marcar as diferenças e para acentuar que os estudos lingüísticos sempre deixaram o enunciado como um resto, um elemento residual e, portanto, pressuposto, mas não analisado. Se você seguir minha exposição, até certo ponto didática, nesse capítulo III, poderá ver que o *enunciado* se distingue desses três conceitos porque:

a) ao contrário da proposição, o enunciado está no plano do discurso e, por isso, não pode ser submetido às provas de verdadeiro/falso. Por isso, diferentemente da proposição lógica, para os enunciados não há formulações equivalentes (por exemplo, “ninguém ouviu” é diferente de “é verdade que ninguém ouviu” quando os encontramos em um romance. Trata-se de uma mesma

estrutura proposicional, mas com caracteres enunciativos bastante distintos);

b) ao contrário da frase, o enunciado não está, necessariamente, submetido a uma estrutura lingüística canônica (como, em português, sujeito-verbo-predicado), isto é, não se encontra um enunciado encontrando-se os constituintes da frase. Um quadro classificatório das espécies botânicas é constituído de enunciados que não são “frases”; uma árvore genealógica; um livro contábil; a fórmula algébrica; um gráfico, uma pirâmide... todos têm leis de uso e regras de construção que são diferentes daquelas das frases. Por isso, não parece possível definir um enunciado pelos caracteres gramaticais da frase (1986, p. 93);

c) o enunciado, parece, à primeira vista, mais próximo do que se chama os *speech acts* (*atos de linguagem*). No entanto, diferentemente das pesquisas pragmáticas da filosofia analítica inglesa, não proponho procurar o ato material (falar e/ou escrever); ou a intenção do indivíduo que está realizando o ato (convencer; persuadir etc.) ou o resultado obtido (se foi “feliz” ou não). O que procuro é *descrever a operação que foi efetuada, em sua emergência – não o que ocorreu antes, em termos de intenção, ou o que ocorreu depois, em termos de “eficácia” – mas sim o que se produziu pelo próprio fato de ter sido enunciado – e precisamente neste enunciado (e nenhum outro) em circunstâncias bem determinadas* (1986, p. 94).

Para definir o enunciado, além de mostrar suas diferenças com esses conceitos (frase, proposição, *speech acts*), também o correlaciono com o conceito de língua. Quero mostrar que língua e enunciado não estão no mesmo nível de existência. Dou como exemplo dessa diferença *as letras que estão numa máquina de escrever*, que não constituem enunciados; no entanto, quando eu as disponho em uma página – seguindo regras que vêm do sistema da língua – tornam-se enunciado. A língua é um sistema de construção para enunciados

possíveis. No entanto, para a análise arqueológica não interessa esse campo de virtualidades das formas lingüísticas, porque *não basta qualquer realização material de elementos lingüísticos, ou qualquer emergência de signos no tempo e no espaço, para que um enunciado apareça e passe a existir* (1986, p. 98). Porque o que torna uma frase, uma proposição, um ato de linguagem em um enunciado é justamente a *função enunciativa*: o fato de ele ser produzido por um sujeito, em um lugar institucional, determinado por regras sócio-históricas que definem e possibilitam que ele seja enunciado. Toda a discussão sobre o conceito de enunciado é feita para precisar o objeto da descrição arqueológica: *não o enunciado atômico – com seu efeito de sentido, sua origem, seus limites e sua individualidade – mas sim o campo de exercício da função enunciativa e as condições segundo as quais ela faz aparecer unidades diversas (que podem ser, mas não necessariamente, de ordem gramatical ou lógica)* (1986, p. 122).

É essa *função enunciativa* que interessa à Arqueologia. Por isso, desenvolvo-a no item 2 do capítulo III, momento em que discuto o exercício dessa função, suas condições, suas regras de controle, o campo em que ela se realiza.

2. Entende-se, então, que o enunciado é um conjunto de signos em função enunciativa? Portanto, ser um elemento do nível enunciativo é a primeira característica do enunciado?

Sim, a primeira e a mais fundamental. Insisto nesse ponto, porque há uma relação muito especial entre o enunciado e o que ele enuncia. Essa relação é diferente daquela que existe entre outros pares: entre o significante e o significado; entre o nome e o que ele designa; entre a frase e seu sentido; entre a proposição e o seu referente. Entre o enunciado e o que ele enuncia não há apenas

relação gramatical, lógica ou semântica; há uma relação que envolve os sujeitos, que passa pela história, que envolve a própria materialidade do enunciado.

3. Exatamente esses serão os pontos discutidos a seguir. Você poderia falar um pouco sobre a relação entre o sujeito e o enunciado?

O sujeito do enunciado não pode ser reduzido aos elementos gramaticais. Veja, por exemplo, que, em uma formulação verbal, mesmo quando não aparece gramaticalmente a primeira pessoa, há sujeito. Do mesmo modo, a relação do enunciado com o sujeito que o enuncia não é a mesma se um mesmo conjunto de signos estiver em uma conversa ou em um romance (por exemplo, “deite-me cedo ontem” pode ser dito por um sujeito qualquer e pode aparecer num livro de Proust como *Em busca do tempo perdido*). Para que um enunciado exista é necessário assinalar-lhe um “autor” ou uma instância produtora¹⁶. Mas esse “autor” não é idêntico ao sujeito do enunciado (em termos de natureza, *status*, função, identidade). Existem romances nos quais há vários sujeitos que enunciam. Isso não é característica apenas dos textos romanescos – é uma característica geral, já que o sujeito do enunciado não é o mesmo de um enunciado a outro; essa função pode ser exercida por diferentes sujeitos, isto é, *um único e mesmo indivíduo pode ocupar, alternadamente, em uma série de enunciados, diferentes posições e assumir o papel de diferentes sujeitos* (1986, p. 107). Num enunciado como “duas quantidades iguais a uma terceira são iguais entre si” a posição de sujeito é neutra, pois pode ser ocupada por qualquer enunciativo. Já em “já demonstramos que...” o sujeito é localizado em uma série

¹⁶ Essa figura discursiva do “autor”, Foucault tratará em seu texto *O que é um autor?* (1971).

enunciativa, fixado no interior de um domínio constituído por um conjunto finito de enunciados ditos antes e que são retomados - há a existência prévia de um conjunto de operações efetivas que talvez não tenham sido realizadas por um único sujeito. Ao contrário, em "chamo de reta a...", o sujeito do enunciado é o sujeito da operação. Toda essa discussão é muito interessante, pois o que torna uma frase em um enunciado é o fato de podermos assinalar-lhe uma posição de sujeito. Assim, descrever uma formulação enquanto enunciado consiste em *determinar qual é a posição que pode e deve ocupar todo indivíduo para ser seu sujeito* (1986, p. 109). Todas essas questões relacionadas ao sujeito do enunciado levaram-me a concluir que *não é preciso, pois, conceber o sujeito do enunciado como idêntico ao autor da formulação, nem substancialmente, nem funcionalmente. Ele não é causa, origem ou ponto de partida do fenômeno de articulação escrita ou oral de uma frase; não é, tampouco, a intenção significativa que, invadindo silenciosamente o terreno das palavras, as ordena com o corpo invisível de sua intuição; não é o núcleo constante, imóvel e idêntico a si mesmo de uma série de operações que os enunciados, cada um por sua vez, viriam manifestar na superfície do discurso. É um lugar determinado e vazio que pode ser efetivamente ocupado por indivíduos diferentes; mas esse lugar em vez de ser definido de uma vez por todas e de se manter uniforme ao longo de um texto, de um livro ou de uma obra, varia - ou melhor, é variável o bastante para poder continuar idêntico a si mesmo, através de várias frases, bem como para se modificar a cada uma* (1986, p. 109).

4. Outra característica do enunciado é o fato de que *ele tem sempre margens povoadas de outros enunciados* (1986, p. 112). Há uma relação do enunciado com a série de formulações com as quais ele coexiste. Isso atesta sua historicidade. Do seu ponto de vista, essa é mais uma diferença entre frase, proposição e o enunciado.

Ao contrário daquelas (que mesmo isoladas, amputadas de todos os elementos a que podem remeter, continuam sendo frases e proposições, sendo reconhecíveis pelos seus elementos gramaticais e lógicos) o enunciado tem que ser correlacionado a um *campo subjacente*. Derivada dessa idéia, que insere o enunciado no campo da *intertextualidade*, pode-se pensar no papel da memória na produção dos sentidos?

Quando se trata do enunciado, o efeito de contexto só pode ser determinado por uma rede verbal. As margens não são, tampouco, idênticas para todos os enunciados: o modo de presença de outros enunciados é diferente, quer se trate de um romance ou de uma conversa rotineira, pois *o halo psicológico de uma formulação é comandado de longe pela disposição do campo enunciativo* (1986, p. 112). Desse modo, o que chamo de "campo associativo" forma uma trama complexa:

- a) Ele é constituído pela série das outras formulações, no interior das quais o enunciado se inscreve;
- b) Ele é constituído, também, pelo conjunto das formulações a que o enunciado se refere (implicitamente ou não) seja para repeti-las, seja para modificá-las ou adaptá-las; seja para se opor a elas, seja para falar de cada uma delas. Por isso, todo enunciado liga-se a uma memória e, assim, *não há enunciado que, de uma forma ou de outra, não reatualize outros enunciados* (1986, p. 113);
- c) Ele é constituído, ainda, pelo conjunto das formulações cuja possibilidade ulterior é propiciada pelo enunciado e que podem vir depois dele como conseqüência, sua seqüência natural ou sua réplica;
- d) Ele é constituído, finalmente, pelo conjunto das formulações cujo *status* é compartilhado pelo enunciado em

questão, em relação às quais se apagará ou tomará um lugar (será valorizado, conservado, sacralizado e oferecido como objeto possível a um discurso futuro). Por estar imerso nesse movimento que institui sua enunciabilidade, *pode-se dizer, de modo geral, que uma seqüência de elementos lingüísticos só é enunciado se estiver imersa em um campo enunciativo em que apareça como elemento singular* (1986, p. 113).

Com tudo isso, quero dizer que, desde sua raiz, o enunciado se delinea em um campo enunciativo onde tem lugar e *status*, que lhe apresenta relações possíveis com o passado e que lhe abre um futuro eventual. Imerso nessa rede verbal, ele só pode ser apanhado em uma trama complexa de produção de sentidos e, por isso, podemos concluir com uma característica geral e determinante sobre as relações entre o enunciado, o funcionamento enunciativo e a memória em uma sociedade: *não há enunciado em geral, livre, neutro e independente; mas sempre um enunciado fazendo parte de uma série ou de um conjunto, desempenhando um papel no meio dos outros, neles se apoiando e deles se distinguindo: ele se integra sempre em um jogo enunciativo* (1986, p. 114).

5. Segundo sua proposta arqueológica, a quarta condição para que uma seqüência de elementos lingüísticos possa ser considerada e analisada como um enunciado é a sua **existência material**. Sobre essa questão, o seu texto lança uma pergunta: *poderíamos falar de enunciado se uma voz não o tivesse enunciado, se uma superfície não registrasse os seus signos, se ele não tivesse tomado corpo em um elemento sensível e se não tivesse deixado marca – apenas alguns instantes – em uma memória ou em um espaço?* (1986, p. 115). Do seu ponto de vista, do que se compõe essa materialidade do enunciado?

O enunciado é sempre apresentado em uma espessura material, que o constitui. Ele é caracterizado por seu *status* material e sua identidade é sensível a uma modificação desse *status*, dependendo do gênero de texto em que está inserido. A materialidade é constitutiva do enunciado: ele precisa ter uma substância, um suporte, um lugar, uma data. Além disso, é necessário que essa materialidade possa ser manipulada pelos enunciadores e, por isso, há um *regime de materialidade repetível* (1986, p. 117) definida por certas instituições, como a literatura, a ciência, o jurídico etc. Essa repetibilidade material define antes possibilidades de reinscrição e de transcrição (mas também limiares e limites) do que individualidades limitadas e perecíveis.

A identidade do enunciado está submetida, também, aos limites que lhe são impostos pelo lugar que ocupa entre outros enunciados. "A terra é redonda" é um enunciado diferente antes e depois de Copérnico: apesar de o sentido das palavras não ter mudado, modificou-se a relação dessa afirmação com outras proposições. O mesmo conjunto de elementos verbais é inserido em um *campo de estabilização* que permite, apesar de todas as diferenças de enunciação, repeti-los em sua identidade e fazer surgir um novo enunciado (1986, p. 119). Ao mesmo tempo, institui-se um *campo de utilização*, que permite a sua constância, a manutenção de sua identidade através dos acontecimentos singulares das enunciações.

6. Isso significa que os enunciados agenciam a memória, constroem a história, projetando-se do passado ao futuro?

Certamente. *Ao invés de ser uma coisa dita de forma definitiva – e perdida no passado como a decisão de uma batalha, uma catástrofe geológica ou a morte de um rei – o enunciado, ao mesmo tempo em que*

surge em sua materialidade, aparece com um status, entra em redes, se coloca em campos de utilização, se oferece a transferências e a modificações possíveis, se integra a operações e em estratégias onde sua identidade se mantém ou se apaga. Assim, o enunciado circula, serve, se esquia, permite ou impede a realização de um desejo, é dócil ou rebelde a interesses, entra na ordem das contestações e das lutas, torna-se tema de apropriação ou de rivalidade (1986, p. 121).

7. Quais são, pois, as tarefas da descrição dos enunciados?

A grande tarefa que se propõe na descrição dos enunciados é a de definir as condições nas quais se realizou o enunciado, condições que lhe dão uma existência específica. Esta *existência* faz o enunciado aparecer em relação com um domínio de objetos; como jogo de posições possíveis para um sujeito; como elemento em um campo de coexistência; como materialidade repetível. No entanto, acredito que ainda não desenvolvi uma *teoria* do enunciado: essa é uma tarefa que deixo para o futuro, para que eu ou outros a façam. Por ora, tomo apenas o cuidado de fazer algumas precisões terminológicas, fixando um vocabulário, já que estou operando com conceitos sem atribuir-lhes exatamente o significado que têm para os gramáticos, para os lógicos e para os lingüistas. Por exemplo, posso te dar um pequeno glossário, só por precaução¹⁷:

performance lingüística: todo conjunto de signos efetivamente produzidos em língua natural (ou artificial);

¹⁷ Neste momento, ele retira do bolso um papel. Nele, manuscrito com sua redonda caligrafia, a lista de termos. Agradeço e anexo a esta (entre) vista.

formulação: ato individual (ou, a rigor, coletivo) que faz surgir, em um material qualquer e segundo uma forma determinada, esse grupo de signos; é um acontecimento demarcável no espaço e tempo, relacionado a um autor e pode constituir um "ato de fala" (*speech act*);

frase ou proposição: unidades que a gramática e a lógica podem reconhecer em um conjunto de signos;

enunciado: chamaremos enunciado a modalidade de existência própria desse conjunto de signos: modalidade que lhe permite ser algo diferente de uma série de traços, algo diferente de uma sucessão de marcas em uma substância, algo diferente de um objeto qualquer fabricado por um ser humano; modalidade que lhe permite estar em relação com um domínio de objetos, prescrever uma posição definida a qualquer sujeito possível, estar situado entre outras performances verbais, estar dotado, enfim, de uma materialidade repetível (1986, p. 123);

formação discursiva: lei de série, princípio de dispersão e de repartição dos enunciados;

discurso: conjunto de enunciados que se apóia em um mesmo sistema de formação (*discurso clínico, econômico, da história natural, etc.*) (1986, p. 124).

8. Apesar de afirmar que ainda não desenvolveu uma teoria – no sentido forte do termo – acho que já estão delineadas as linhas-mestras do método arqueológico. Você poderia pontuar algumas características da natureza dessa descrição dos enunciados que está em elaboração?

Realmente, eu adverti que ainda não é a hora de formular uma teoria. O que pretendo, por enquanto, é *mostrar como se pode organizar, sem falha, sem contradição, sem imposição interna, um domínio*

em que estão em questão os enunciados, seu princípio de agrupamentos, as grandes unidades históricas que eles podem constituir e os métodos que permitem descrevê-los (1986, p. 132). Acredito, no entanto, que alguns traços mais gerais da descrição já estão enunciados no capítulo III da *Arqueologia do Saber*. Trata-se de uma **descrição histórica**, mas que não pergunta pelo sentido secreto dos enunciados e sim o que significa o fato de terem aparecido e nenhum outro em seu lugar na evidência da linguagem efetiva (1986, p. 126). Trata-se de uma descrição **que se diferencia da Hermenêutica**: a polissemia – que autoriza a hermenêutica e a descoberta de um outro sentido – diz respeito à frase e aos campos semânticos que ela utiliza. *O enunciado não é assombrado pela presença secreta do não-dito, das significações ocultas, das repressões; ao contrário, a maneira pela qual os elementos ocultos funcionam e podem ser restituídos depende da própria modalidade enunciativa: sabemos que o “não-dito”, o “reprimido”, não é o mesmo – nem em sua estrutura nem em seu efeito – quando se trata de um enunciado matemático e de um enunciado econômico, quando se trata de uma autobiografia ou da narração de um sonho.* (1986, p. 127)¹⁸. Trata-se de uma descrição que **não crê que o enunciado tenha uma clareza total**: as análises gramaticais, lógicas etc. tomam o enunciado como tão óbvio, que não os analisam. A tarefa da arqueologia é tentar tornar visível e analisável essa transparência tão próxima que constitui o elemento de sua possibilidade. *Nem oculto, nem visível, o nível enunciativo está no limite da linguagem (...) o súbito aparecimento de uma frase, o lampejo do sentido, o brusco índice da designação, surgem sempre no domínio do exercício de uma função enunciativa* (1986, p. 130).

¹⁸ Foucault explicita essa diferença com a Hermenêutica, para afirmar que a descrição arqueológica se interessa pelas “ausências”, pelas “exclusões” de certos temas e não pelos sentidos secretos. A esse tema ele voltará no texto *Nietzsche, Freud, Marx* (1987).

9. A segunda pergunta que se coloca, nesse capítulo III da *Arqueologia*, indaga sobre as relações entre o enunciado e as formações discursivas. Mais claramente, você pretende pensar como se relacionam o enunciado e as formações discursivas, no interior do método arqueológico...

Partindo do problema da *descontinuidade* no discurso e da *singularidade* do enunciado, procuro analisar certas formas de agrupamentos enigmáticos. Os princípios de unificação desses agrupamentos não são nem gramaticais, nem lógicos e exigiram que eu me voltasse para o problema do enunciado. Foi assim que eu percebi que as dimensões próprias do enunciado são utilizadas na demarcação das formações discursivas. O que eu descrevi como *formação discursiva* constitui grupos de enunciados, isto é, conjunto de performances verbais que estão ligadas no nível dos enunciados. Isso supõe que se possa definir o regime geral a que obedecem seus objetos, a forma de dispersão que reparte regularmente aquilo de que falam, o sistema de seus referenciais; que se defina o regime geral ao qual obedecem os diferentes modos de enunciação, a distribuição possível das posições subjetivas e o sistema que os define e prescreve. A definição de formações discursivas ocupa todo o capítulo II da *Arqueologia do Saber*.

10. E dessa definição, podemos deduzir o que você entende como “discurso” e “prática discursiva”?

Em minhas obras anteriores, usei o conceito de *discurso* de forma muito flutuante, polissêmica, entendendo-o ora como domínio geral de todos os enunciados; ora como grupo individualizável de enunciados; ora como prática regulamentada de um certo número

de enunciados. A partir de minhas reflexões sobre as formações discursivas, posso agora chamar de “discurso” a um conjunto de enunciados, na medida em que se apóiem na mesma formação discursiva; ele é constituído de um número limitado de enunciados, para os quais podemos definir um conjunto de condições de existência; é, de parte a parte, histórico – fragmento de história, unidade e descontinuidade na própria história, que coloca o problema de seus próprios limites, de seus cortes, de suas transformações, dos modos específicos de sua temporalidade (1986, p. 135-36). Do mesmo modo, posso definir prática discursiva como um conjunto de regras anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo e no espaço, que definiram, em uma dada época e para uma determinada área social, econômica, geográfica ou lingüística, as condições de exercício da função enunciativa (1986, p.136).

11 ● Há, ainda, três características que a sua análise enunciativa leva em conta ao tratar dos enunciados: a raridade, a exterioridade e o acúmulo. Você pode nos indicar como relacionar esses conceitos aos outros, já definidos nesta entrevista?

Ao contrário de uma certa análise do discurso, que trata do sentido implícito, soberano e comunitário, a análise enunciativa que eu proponho leva em conta um efeito de raridade. Para essa análise do discurso tradicional, o discurso é, ao mesmo tempo, plenitude e riqueza indefinida. A análise que eu proponho - dos enunciados e das formações discursivas - quer determinar o princípio segundo o qual puderam aparecer os únicos conjuntos significantes que foram enunciados; busca estabelecer, portanto, uma lei de raridade (1986, p. 138). Disso decorre que se pressupõe que nem tudo é sempre dito; por isso, estudam-se os enunciados no limite que os separa do que não está dito, na instância que os faz surgirem à exclusão de

todos os outros. Essas “exclusões” não são o sentido secreto, mas a evidência de que o enunciado efetivamente realizado está sempre em seu lugar próprio. Ao mesmo tempo, essa raridade indica que os enunciados não têm uma transparência infinita: nem tudo pode ser dito num lugar qualquer por um sujeito qualquer¹⁹.

Proponho uma análise que busca determinar o “valor” dos enunciados: seu lugar, sua capacidade de circulação e de troca, sua possibilidade de transformação; ele aparece como um bem – finito, limitado, desejável, útil – que tem suas regras de aparecimento e também suas condições de apropriação e de utilização – e que coloca, por conseguinte, desde sua existência a questão do poder²⁰; que é objeto de uma luta, e de uma luta política (1986, p. 139). A idéia de raridade me auxilia na tarefa de libertar a análise dos enunciados de uma historicidade que recorre ao psicologismo, às mentalidades, à teleologia, ao histórico transcendental. Assim fazendo, minha investigação procura restituir os enunciados à sua dispersão, para considerá-los em sua descontinuidade, para apreender sua própria irrupção no lugar e no momento em que se produziram; para reencontrar sua incidência de acontecimento (1986, p. 140). Daí, a idéia de exterioridade: a análise busca reencontrar o exterior onde se repartem, em sua relativa raridade, em sua vizinhança lacunar, em seu espaço aberto, os acontecimentos enunciativos. Isso tem algumas conseqüências teóricas: a) o campo dos enunciados é entendido como local de acontecimentos, de regularidades, de relacionamentos; b) o domínio enunciativo não toma como referência nem um sujeito individual, nem uma mentalidade coletiva, mas um campo anônimo cuja configuração defina o lugar possível dos sujeitos falantes; c) as

¹⁹ A discussão sobre os mecanismos de controle do discurso e sua relação com o poder serão aprofundados por Foucault em *A Ordem do Discurso* (1971).

²⁰ Foucault já anuncia, na *Arqueologia*, a centralidade que o estudo do poder irá adquirir em suas reflexões, a partir dos estudos de *Vigiar e Punir* (1975).

séries sucessivas não obedecem à temporalidade da consciência: *o tempo dos discursos não é a tradução, em uma cronologia visível, do tempo obscuro do pensamento* (1986, p. 141). A abordagem da raridade e da exterioridade tem, ainda, uma conseqüência que afeta todo o dispositivo teórico-metodológico da análise: não nos situamos no nível de um *cogito*, do pensamento, mas no *conjunto das coisas ditas, buscando as relações, as regularidades e as transformações que podem aí ser observadas, o domínio do qual certas figuras e certos entrecruzamentos indicam o lugar singular de um sujeito falante e podem receber o nome de um autor. "Não importa quem fala", mas o que ele diz não é dito de qualquer lugar. É considerado, necessariamente, no jogo de uma exterioridade* (1986, p. 141-42).

12. Sobre a noção de *acúmulo*, ela parece estar entrelaçada a essas idéias de raridade e de exterioridade... Parece-me que, nela, encontramos o fio da temporalidade...

Acho que sim. A leitura, o traço, a decifração, a memória definem o sistema que permite, usualmente, arrancar o discurso passado de sua inércia e reencontrar, num momento, algo de sua vivacidade perdida (1986, p. 142). Minha análise não propõe despertar textos de seu sono atual para reencontrar as marcas legíveis em sua superfície. Pelo contrário, ela propõe *seguir-los ao longo de seu sono, ou antes, levantar os temas relacionados ao sono, ao esquecimento – na espessura do tempo em que subsistem, se conservaram ou foram esquecidos*. A remanência dos enunciados – sua conservação – ocorre devido a um certo número de suportes (como o livro, por exemplo), certos tipos de instituições (é o caso das bibliotecas, que têm, primordialmente, essa função), certas modalidades estatutárias (pense, por exemplo, no texto religioso, no jurídico etc.). O

esquecimento é o grau zero da remanência: os jogos da memória e da lembrança podem aí se desenrolar. Assim, remanência, aditividade e recorrência são três fenômenos por meio dos quais se pode analisar a relação entre os enunciados e a temporalidade. A remanência diz respeito à conservação dos textos por meio de dispositivos técnicos (livro, biblioteca, instituição etc.); pela aditividade, os enunciados coexistem e se relacionam com outros, de maneiras diferentes de acordo com sua natureza; quanto à recorrência, ela se refere ao fato de que todo enunciado compõe um campo de elementos antecedentes, em relação aos quais ele deve se situar.

13. E é a análise de tudo isso que vai fazer aparecer a positividade de um discurso?

Sim, é a isso que eu chamo – de bom grado – de *positividade*²¹.

A positividade de um discurso caracteriza-lhe a unidade através do tempo e muito além das obras individuais, dos livros e dos textos. Se ela não revela quem estava com a verdade, pode mostrar como os enunciados “falavam a mesma coisa”, colocando-se no “mesmo nível”, no “mesmo campo de batalha”. Ela define um espaço limitado de comunicação (mais extenso, entretanto, do que o jogo de influências entre um autor e outro). Toda a massa de textos que pertencem a uma mesma formação discursiva (pouco importa se os autores se conhecem ou não, se percebem a trama que os enreda) se comunica pela forma de positividade de seus

²¹ E ele acrescenta, num tom de irônica confiança: *E se substituir a busca das totalidades pela análise da raridade, o tema do fundamento transcendental pela descrição das relações de exterioridade, a busca da origem pela análise dos acúmulos, é ser positivista, pois bem, eu sou positivista feliz, concordo facilmente* (1986, p. 144).

2000 4 simples positivista feliz

discursos. A positividade desenvolve um campo em que podem ser estabelecidas identidades formais, continuidades temáticas, translações de conceitos, jogos polêmicos. Assim, *a positividade desempenha o papel do que se poderia chamar um a priori histórico* (1986, p. 146): as condições de emergência dos enunciados, a lei de sua coexistência com outros, a forma específica de seu modo de ser, os princípios segundo os quais subsistem, se transformam e desaparecem. O que chamo de *a priori histórico* é o conjunto das regras que caracterizam uma prática discursiva (1986, p. 147). Quanto à positividade, *é o termo que venho empregando, enfim, para designar a meada que venho tentando desenrolar.* (1986, p. 144).

14. Acho que chegamos, enfim, ao conceito mais amplo de sua proposta de análise: acho que estamos tocando no conceito de **arquivo**... A partir dele, pensando em termos hierarquizados, podemos unir todos os conceitos – enunciado; conjunto de enunciados (discurso); formações discursivas; práticas discursivas; *a priori* histórico; positividade; arquivo. Posso pensar assim?

Acredito que sim, de uma certa maneira eu venho operando por círculos concêntricos. Veja o que eu escrevi em algumas páginas²²:

O domínio dos enunciados assim articulado por *a priori* históricos, assim caracterizado por diferentes tipos de positividade e escandido

²² Pequena pausa. Abro meu exemplar da primeira edição da *Arqueologia* (que eu acabara de comprar numa daquelas livrarias do *Quartier Latin*, e que já estava gasto de tanto meus dedos deslizarem, na leitura, pela branca superfície de suas páginas) leio e transcrevo, na íntegra, o que me parece um achado.

por formações discursivas distintas [...] é um volume complexo em que se diferenciam regiões heterogêneas e em que se desenrolam, segundo regras específicas, práticas que não se podem superpor. Ao invés de vermos alinharem-se, no grande livro mítico da história, palavras que traduzem, em caracteres visíveis, pensamentos constituídos antes e em outro lugar, temos nas práticas discursivas sistemas que instauram os enunciados como acontecimentos (tendo suas condições e seu domínio de aparecimento) e coisas (compreendendo sua possibilidade e seu campo de utilização). São todos esses sistemas de enunciados (acontecimentos de um lado, coisas de outro) que proponho chamar de arquivo. [...] Trata-se do que faz com que tantas coisas ditas por tantos homens, há tantos milênios [...] tenham aparecido graças a todo um jogo de relações que caracterizam particularmente o nível discursivo. [...] O arquivo é, de início, a lei do que pode ser dito, o sistema que rege o aparecimento dos enunciados como acontecimentos singulares. [...] é o que define o sistema da enunciabilidade do enunciado-acontecimento. [...] é o sistema de seu funcionamento. [...] entre a tradição e o esquecimento, ele faz aparecerem as regras de uma prática que permite aos enunciados subsistirem e, ao mesmo tempo, se modificarem regularmente. É o sistema geral da formação e da transformação dos enunciados. [...] O arquivo não é descritível em sua totalidade e incontornável em sua atualidade.

15. Uma questão geral: a denominação de “arqueologia” para essa análise – e, logicamente, já sabendo das restrições que você faz sobre alguns dos sentidos contidos na etimologia da palavra, conforme aquela entrevista que acaba de ser publicada no *Magazine Littéraire*²³ – deriva desse conceito nuclear de “arquivo”?

²³ Trata-se do texto “Michel Foucault explica seu último livro”. (Entrevista com J.J. Brocher). *Magazine Littéraire* ²⁶ 1969, p. 23-25. Trad. bras. em: Motta, M.B. (Org). Michel Foucault. *Arqueologia das Ciências e História dos Sistemas de Pensamento.* (Col. *Ditos & Escritos II*). Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000, p. 145-152.

Talvez possamos pensar assim, se considerarmos que o “arquivo” é o centro em torno do qual gravitam os outros conceitos operatórios da minha análise. *O arquivo forma o horizonte geral a que pertencem a descrição das formações discursivas, a análise das positivities, a demarcação do campo enunciativo. Por isso, o nome de arqueologia aos estudos que venho empreendendo. Como você afirmou, restrinjo o sentido de “arqueologia”, pois ele não deve incitar à busca da origem ou a uma escavação geológica. Ele designa o tema geral de uma descrição que interroga o já-dito no nível de sua existência: da função enunciativa que nele se exerce, da formação discursiva a que pertence, do sistema geral de arquivo de que faz parte. A arqueologia descreve os discursos como práticas especificadas no elemento do arquivo* (1986, p. 151).

16. Para finalizar: agora que já delineou o “método arqueológico” – e, de alguma forma, já acertou as contas com seus críticos – está pensando em um novo trabalho, certamente...

“Acertar contas” é uma expressão muito forte, principalmente porque tenho inúmeros interlocutores e, certamente, não poderei nunca estar quite com todos. Ademais, nunca pensei em escrever um livro que fosse o último, que interditasse as vozes futuras. Pelo contrário, escrevo para que outros livros possam ser escritos e não necessariamente por mim. Quanto ao que estou escrevendo agora... Estou trabalhando o texto de minha aula inaugural no *Collège de France*: trata-se de uma fala em que abordo os perigos que o discurso representa para a nossa sociedade – nunca se falou tanto e nunca, na história do ocidente, se temeu tanto as palavras. Pretendo tratar

dos dispositivos de controle da palavra, algo que tenho denominado como “a ordem do discurso”²⁴. Também pretendo avançar um pouco mais os princípios da análise do discurso. Um deles, e talvez o mais importante, estou denominando “princípio da inversão”, porque proponho que, em vez de enxergar a originalidade, a origem, a continuidade, é preciso ver o jogo negativo de um recorte e de uma rarefação do discurso. A ele, acrescenta-se a necessidade de atender ao “princípio de descontinuidade”: porque os discursos são rarefeitos não significa que para além deles reine um grande discurso ilimitado, contínuo e silencioso que fosse por eles reprimido e recalcado; sabendo disso, os discursos devem ser tratados como práticas descontínuas, que se cruzam por vezes, mas também se ignoram e se excluem. Há, além disso, o “princípio de especificidade”: o discurso não pode ser tomado como um jogo de significações prévias; ao contrário, ele deve ser concebido como uma violência que fazemos às coisas, como uma prática; e é nesta prática que os acontecimentos do discurso encontram o “princípio de sua regularidade”. E seguindo o “princípio da exterioridade”, é necessário não se concentrar no núcleo interior e escondido do discurso, mas, a partir do próprio discurso, de sua aparição, de sua regularidade, passar às suas condições externas de possibilidade, àquilo que dá lugar à série aleatória desses acontecimentos e fixa suas fronteiras (1996, p. 53). Como vê, estou tomando alguns pontos da arqueologia e aprofundando-os. Quero, além disso, tratar de uma figura que ficou pouco esboçada na *Arqueologia do Saber*: o autor. Quero escrever um texto que procure problematizar a questão “o que é um autor?”.

²⁴ Essa aula inaugural será publicada em: FOUCAULT, M. (1971). *A ordem do discurso*. Trad. bras. de Laura Fraga Sampaio. São Paulo: Loyola, 1996.

Talvez para fechar um ciclo. Estou caminhando na direção de análises que focalizem as relações entre o saber e o poder...²⁵

Enfim, o futuro... não é ele apenas um pequeno lampejo, quase invisível, num fim de tarde como é esse *hoje* – incontornável em sua atualidade, assim intervalar entre o que somos e o que imaginamos no devir?²⁶

²⁵ Esse texto, que marca um limiar da passagem de Foucault para as reflexões sobre o discurso e o poder, será publicado em: FOUCAULT, M. (1969). *Qu'est-ce qu'un auteur?*. In: *Bulletin de la Société Française de Philosophie*, nº 3. Trad. port. Lisboa: Vega, 1992.

²⁶ Levanta-se. Diz adeus. Vejo sua silhueta esguia caminhar contra o sol que se põe lentamente. Estou ainda na mesa do café e a chávena já fria, esquecida na alvura da toalha. Uma visão de sonho: sua figura recortada contra a tarde, caminhando lentamente se mistura aos transeuntes. Foi-se, desfeito entre milhares de rostos que cruzam a névoa do cotidiano. Imerso na bruma da história, deixa, indelével, a inscrição de um lugar onde eu poderia tê-lo encontrado e daí registrado em frágeis palavras o que ele tão vigorosamente me dava.

Formação discursiva em Pêcheux e Foucault: uma estranha paternidade²⁷

Roberto Leiser Baronas *

Il accouplerait le chat avec le cheval et l'art moderne avec le socialisme et que, si c'était du donquichottisme, il voulait être un Don Quichotte, parce que le socialisme était pour lui l'ère de la liberté et du plaisir et qu'il rejetait tout autre socialisme.

Milan Kundera

Michel Foucault em *Vigiar e Punir*, ao se reportar ao caráter heurístico do discurso nietzscheano, afirma que o único sinal de reconhecimento que se pode ter com um pensamento como o de Friedrich Nietzsche é precisamente *utilizá-lo, fazê-lo ranger, gritar*. Penso que essa prática possa ser deslocada para trabalhos que se propõem realizar um diálogo entre a Análise do Discurso de orientação francesa e o arcabouço teórico de Michel Foucault, por exemplo. Para tanto, é necessário, contudo, que se faça não só o

²⁷ Brincando um pouco com as palavras, faço um trocadilho a partir da expressão de Michel Pêcheux – estranha familiaridade – quando este desenvolve com Paul Henry o conceito de pré-construído. Sabe-se que a palavra alemã *unheimlich* designa aquilo que é afetado pelo signo do familiar e do estrangeiro. À clássica tradução da expressão de Freud por “inquietante estranheiridade”, Michel Pêcheux sempre preferiu, em relação à sua interpretação do pré-construído, aquela da “estranha familiaridade”. Essa expressão também aparece no texto de abertura do Colóquio Materialités Discursives, realizado na Universidade Paris X – Nanterre em 1980, no qual Michel Pêcheux despediu-se, não sem ferocidade, da “teoria do discurso” apresentada como um “fantasma teórico unificador”. Ele se dirige àqueles que “trabalham no campo da lingüística, da história, da análise do discurso e da psicanálise”, convocando o feixe de suas questões em torno do “triplo real da língua, da história e do inconsciente”. “A estranha familiaridade” das materialidades discursivas não se manifesta no momento paradoxal em que os historiadores descobrem que o texto dos arquivos não é transparente aos seus olhos, no qual os lingüistas se advertem que todo o sistema lingüístico guarda um resto assistemático irrepresentável, em que os analistas vêm chocar-se sobre a religião como um efeito de grupo consolidado com um sentido homogêneo. Uma versão bastante modificada deste texto foi apresentada em forma de comunicação oral individual durante a realização 52ª Seminário do Grupo de Estudos Lingüísticos de São Paulo – GEL – em Campinas/SP no dia 30 de julho de 2004.

* Professor da Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT).